

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	38
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	85.937
Preferenciais	145.450
Total	231.387
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	161.450	163.477	166.716
1.01	Ativo Circulante	9.606	8.260	9.413
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.532	3.981	2.527
1.01.03	Contas a Receber	3.547	2.070	2.151
1.01.03.01	Clientes	1.426	281	687
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.121	1.789	1.464
1.01.04	Estoques	423	426	365
1.01.06	Tributos a Recuperar	37	486	549
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	37	486	549
1.01.07	Despesas Antecipadas	67	1.297	3.821
1.02	Ativo Não Circulante	151.844	155.217	157.303
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.024	19.233	17.657
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.703	7.703	4.639
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.703	7.703	4.639
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	18	18
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	0	18	18
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	11.321	11.512	13.000
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.306	4.438	3.887
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	7.015	7.074	9.113
1.02.02	Investimentos	130	0	0
1.02.02.01	Participações Societárias	130	0	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	130	0	0
1.02.03	Imobilizado	132.575	135.751	136.546
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	129.958	134.062	136.095
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.617	1.689	451
1.02.04	Intangível	115	152	154
1.02.04.01	Intangíveis	115	152	154
1.02.05	Diferido	0	81	2.946

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	161.450	163.477	166.716
2.01	Passivo Circulante	4.875	6.113	6.383
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.282	1.184	864
2.01.01.01	Obrigações Sociais	301	244	200
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	981	940	664
2.01.02	Fornecedores	1.726	3.913	4.920
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.726	1.773	2.309
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	2.140	2.611
2.01.03	Obrigações Fiscais	480	385	114
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	387	272	64
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Federais	387	272	64
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	93	113	50
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	395	374	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	395	374	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	395	374	0
2.01.05	Outras Obrigações	741	6	234
2.01.05.02	Outros	741	6	234
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	741	6	234
2.01.06	Provisões	251	251	251
2.01.06.02	Outras Provisões	251	251	251
2.01.06.02.04	Provisões Contratuais APPA	251	251	251
2.02	Passivo Não Circulante	10.966	12.617	5.122
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.103	1.497	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.103	1.497	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.103	1.497	0
2.02.03	Tributos Diferidos	6.851	7.703	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.851	7.703	0
2.02.04	Provisões	3.012	3.417	5.122

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.012	3.417	3.164
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.253	2.568	2.315
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	570	661	661
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	134	105	105
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	55	83	83
2.02.04.02	Outras Provisões	0	0	1.958
2.02.04.02.04	Fornecedores Internacionais	0	0	1.958
2.03	Patrimônio Líquido	145.609	144.747	155.211
2.03.01	Capital Social Realizado	153.139	153.139	153.139
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-20.830	-23.345	-20.584
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.300	14.953	22.656

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	37.059	31.751	19.841
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-29.136	-29.098	-18.598
3.03	Resultado Bruto	7.923	2.653	1.243
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.423	-8.019	-4.088
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.423	-8.019	-4.176
3.04.02.01	Despesas Gerais e Adminstrativas	-5.917	-6.387	-3.383
3.04.02.02	Honorários de administradores	-1.506	-1.632	-793
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	88
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	500	-5.366	-2.845
3.06	Resultado Financeiro	-488	-459	724
3.06.01	Receitas Financeiras	331	556	999
3.06.02	Despesas Financeiras	-819	-1.015	-275
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12	-5.825	-2.121
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	850	3.064	0
3.08.01	Corrente	-2	0	0
3.08.02	Diferido	852	3.064	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	862	-2.761	-2.121
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	862	-2.761	-2.121
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,01	-0,0321	-0,02
3.99.01.02	PN	0,0059	-0,019	-0,01

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	862	-2.761	-2.121
4.03	Resultado Abrangente do Período	862	-2.761	-2.121

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.555	3.716	3.786
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.935	1.969	4.934
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	862	-2.761	-2.121
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.925	4.730	7.055
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-852	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.380	1.747	-1.148
6.01.02.01	Aumento) redução contas a receber clientes	-1.145	405	97
6.01.02.02	(Aumento) redução títulos a receber	-76	359	-106
6.01.02.03	(Aumento) redução estoque	3	-61	-59
6.01.02.04	(Aumento) redução impostos a recuperar	-344	2.102	887
6.01.02.05	(Aumento) redução adiantamentos	-278	-333	-947
6.01.02.06	(Aumento) redução despesas antecipadas	1.230	2.525	-3.774
6.01.02.07	(Aumento) redução depósitos judiciais	132	-551	-208
6.01.02.08	(Aumento) redução outras contas ativas	22	0	-5
6.01.02.09	Aumento (redução) fornecedores	-1.772	-3.317	5.846
6.01.02.10	Aumento (redução) obrigações fiscais	95	525	168
6.01.02.11	Aumento (redução) obrigações sociais e trabalhistas	98	322	247
6.01.02.12	Aumento (redução) provisões contratuais APPA	0	0	-1.663
6.01.02.13	Aumento (redução) demais contas a pagar	745	-229	234
6.01.02.14	Aumento (redução) passivos litigiosos	-90	0	-1.865
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.630	-4.134	-9.834
6.02.01	Adições ao imobilizado	-2.630	-4.134	-9.834
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-374	1.872	-6.500
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	-374	1.872	0
6.03.02	Redução de capital	0	0	-6.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.551	1.454	-12.548
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.981	2.527	15.075
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.532	3.981	2.527

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.139	0	0	-23.345	14.953	144.747
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.139	0	0	-23.345	14.953	144.747
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	862	0	862
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	862	0	862
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.653	-1.653	0
5.06.04	Realização custo atribuído - líquido de impostos	0	0	0	1.653	-1.653	0
5.07	Saldos Finais	153.139	0	0	-20.830	13.300	145.609

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	153.139	0	0	-20.584	22.656	155.211
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.139	0	0	-20.584	22.656	155.211
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.761	-7.703	-10.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.761	0	-2.761
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.703	-7.703
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.703	-7.703
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	153.139	0	0	-23.345	14.953	144.747

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	159.639	0	0	-18.463	0	141.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	159.639	0	0	-18.463	0	141.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-6.500	0	0	0	22.656	16.156
5.04.08	Redução de Capital	-6.500	0	0	0	0	-6.500
5.04.09	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	22.656	22.656
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.121	0	-2.121
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.121	0	-2.121
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	153.139	0	0	-20.584	22.656	155.211

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	40.943	35.400	22.161
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	40.520	35.145	20.988
7.01.02	Outras Receitas	423	255	1.173
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.159	-19.222	-6.765
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.159	-19.222	-6.765
7.03	Valor Adicionado Bruto	21.784	16.178	15.396
7.04	Retenções	-5.835	-7.794	-7.055
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.835	-7.794	-7.055
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	15.949	8.384	8.341
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	331	556	999
7.06.02	Receitas Financeiras	27	83	663
7.06.03	Outros	304	473	336
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.280	8.940	9.340
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.280	8.940	9.340
7.08.01	Pessoal	11.705	10.102	8.867
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.722	5.255	6.020
7.08.01.02	Benefícios	663	541	1.151
7.08.01.03	F.G.T.S.	653	535	385
7.08.01.04	Outros	3.667	3.771	1.311
7.08.01.04.01	INSS	1.737	1.644	1.189
7.08.01.04.02	Outras Obrigações legais c/ funcionários	1.930	2.127	122
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.746	584	2.319
7.08.02.01	Federais	2.637	584	1.783
7.08.02.03	Municipais	1.109	0	536
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	819	1.015	275
7.08.03.01	Juros	219	234	34
7.08.03.03	Outras	600	781	241
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10	-2.761	-2.121

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10	-2.761	-2.121

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****VISÃO GERAL**

A Companhia registrou no ano de 2012 um lucro antes dos impostos de R\$ 12 mil contra um prejuízo de R\$ 5.825 mil no ano de 2011.

RECEITAS OPERACIONAIS

A receita operacional bruta apresentou no ano de 2012 um acréscimo de 15,66%, atingindo o montante de R\$ 40.943 mil contra R\$ 35.400 mil no ano de 2011.

O aumento da receita deve-se fundamentalmente ao acréscimo de 42% na movimentação de açúcar e ajustes nas tabelas de preços dos serviços prestados. O quadro abaixo demonstra a evolução da receita operacional bruta no ano de 2012 em relação ao mesmo período de 2011.

	2012					2011				
	Acumulado	4º Trim	3º Trim	2º Trim.	1º Trim.	Acumulado	4º Trim	3º Trim	2º Trim.	1º Trim.
Congelados	2		-	-	2	3.198	-	-	446	2.752
Carga Geral	40.610	13.149	13.051	8.630	5.780	26.973	8.264	6.473	6.396	5.841
Outros Serviços	332	62	96	128	47	5.228	1.191	1.882	2.114	42
	40.943	13.211	13.147	8.758	5.828	35.400	9.455	8.355	8.955	8.635

MOVIMENTAÇÃO FÍSICA

Em 2012, a movimentação de granéis e carga geral foi de 1.249 mil tons, sendo 99 mil tons de açúcar e 1.150 mil tons de carga granel, no mesmo período de 2011 foram movimentados 20 mil tons de carga congelada, 1.150 mil tons de carga granel e 70 mil tons de açúcar. Em 2012 não houve movimentação de cargas congeladas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O EBITDA (ou LAJIDA) – lucro antes dos impostos, juros, depreciações e amortizações – que conceitualmente demonstra a geração operacional de caixa da Companhia – totalizou em 2012 R\$ 4.679 mil (em 2011 R\$ 5.426 mil).

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia em 2012 totalizaram no período R\$ 2.620 mil (em 2011 foram R\$ 4.143), destinados principalmente à aquisição de equipamentos visando a adequação do recinto alfandegado a legislação da Receita Federal do Brasil, instalações de apoio às atividades operacionais e outras pequenas obras, que deverão possibilitar o crescimento das atividades nos próximos exercícios.

PERSPECTIVAS PARA 2013

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com base nos novos parâmetros institucionais, investimentos, nas projeções de cargas dos principais clientes, estima-se para 2013 uma movimentação física de cargas de 1.597 mil toneladas.

Em termos de Receita Operacional Bruta, prevê-se para 2013 o montante de R\$ 56 milhões, o que representa um crescimento de 36,5 % sobre o realizado em 2012.

Antonina, 28 de fevereiro de 2013

A Administração

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto principal a administração do arrendamento, outorgado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA através do contrato nº 003, celebrado em 26.04.1995, realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, e ainda a implementação de projetos associados aos serviços portuários concedidos, (i) exploração, operação e administração de serviços portuários, (ii) exploração, operação e administração de serviços de transporte rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário, complementares ou não às atividades portuárias que gerencia serviços de armazém em geral, em instalações próprias ou de terceiros, (iii) prestação de serviços como agenciadora de seguro, agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, serviços de assistência técnica e outros ligados à infra-estrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios, (iv) realização de atividades de importação e exportação de gêneros alimentícios, elaborados, semi-elaborados e *in natura*, equipamentos destinados à atividade portuária, dentre outros.

Atualmente, a Companhia atua somente na atividade de exploração, operação e administração de serviços portuários.

A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de “uso público”.

O oitavo termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, publicado no Diário Oficial do Paraná em 17 de março de 2010, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

Em 13 de abril de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o nono termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, altera a cláusula do contrato originalmente firmado que determina o prazo do arrendamento, ficando dessa forma a data de vencimento do período contratual alterada para 26 de abril de 2022, podendo ser prorrogado por mais um período de vinte e cinco anos.

O referido termo aditivo também regulamenta e atualiza outros temas constantes no instrumento originalmente assinado, que eram objeto de constantes discussões, como: área arrendada, cargas a serem movimentadas, valor do arrendamento e taxas portuárias, além das responsabilidades pela manutenção do canal de acesso ao terminal.

2 Base de preparação**a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com o BR GAAP.

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

- A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2013.
- b. Base de mensuração**
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico
- c. Moeda funcional e moeda de apresentação**
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

Julgamentos

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Estimativas e premissas

Vidas úteis de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são amortizados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixa futuros. A esse respeito, as estimativas do valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

Processos legais

De acordo com os CPCs, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Companhia. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos..

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. *Capital social****Ações ordinárias***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas.

b. *Imobilizado***i. *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

- | | |
|--|--------------|
| • Edifícios | 25 - 50 anos |
| • Máquinas e equipamentos | 15 - 30 anos |
| • Móveis e utensílios | 10 anos |
| • Veículos | 5 anos |
| • Tecnologia, processamento de dados e telefonia | 5 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual foram revisadas em 31/12/2010.

c. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequêntes

Os gastos subsequêntes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Marcas e patentes 3 - 20 anos
- Custos de desenvolvimento capitalizados 2 - 5 anos
- Carteira de cliente 4 - 5 anos.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)**i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

f. Receita operacional

i. Serviços

A receita da prestação dos serviços portuários no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

h. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Devido à opção dada pelas autoridades governamentais a Companhia, quando aplicável, opta pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela lei nº 11.941/09 relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/08 e Lei nº 11.941/09 foram registrados nas referidas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com as Normas brasileiras aplicáveis. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

i. Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

ii. Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

iii. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa (a)	2	1.391
Banco do Brasil S.A.	1.491	525
Numérarios em transito (b)	4.039	2.065
	<u>5.532</u>	<u>3.981</u>

- (a) O montante de R\$ 2 em 2012 representa o fundo fixo de caixa (R\$ 1.391 em 2011 era representado, substancialmente, por cheques administrativos em favor da Companhia, decorrentes de operação de redução de capital, cuja emissão foi aprovada na ata da 207ª Reunião do Conselho de Administração, conforme descrito na nota nº21.a., que foram descontados no transcorrer de 2012).

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

- (b) O montante é referente aos recebimentos em moeda estrangeira (Dólar), recebidos até o mês de dezembro de 2012.

6 Contas a receber de clientes e títulos a receber**6.1 Contas a receber de clientes**

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	253	281
Vencidos de 01 dia até 30 dias	577	
Vencidos de 31 dias até 180 dias	596	
Vencidos há mais de 181 dias	221	221
Total contas a receber de clientes	1.647	502
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(221)	-221
	1.426	281

6.2 Títulos a receber

	31/12/2012	31/12/2011
Estinave Serviços Marítimos Ltda.	53	86
Outros	274	165
Total títulos a receber	327	251
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131)	(131)
	196	120

7 Impostos a Recuperar

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos de II e IPI - Drawback (a)	6.093	5.899
Créditos de PIS/COFINS (b)	922	922
IRRF sobre aplicações financeiras (c)	-	732
Outros	37	6
Total impostos a recuperar	7.052	7.559
(-) Impostos a recuperar não circulante	(7.015)	(7.073)
	37	486

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

- (a) A Companhia em 31 de agosto de 2008, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e embasada em parecer dos assessores jurídicos, reclassificou os valores registrados na conta Depósitos Judiciais passando para a conta de Impostos a Recuperar. Os valores em epígrafe se referem aos autos do Mandado de Segurança impetrado anteriormente, que foram posteriormente convertidos em renda da União Federal. Estes valores referem-se aos impostos pagos anteriormente inerentes ao processo do Ato Concessório Drawback. As ações judiciais implementadas estão voltadas a desconstituir as autuações da Receita Federal do Brasil e visam a recuperação dos impostos pagos indevidamente.
- (b) Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia registrou créditos a recuperar referentes a PIS e COFINS não cumulativos recolhidos indevidamente sobre receita equiparada e receita de exportação, no período de 2003 a 2006. As bases legais para esse reconhecimento e registro estão suportadas pelos Assessores Jurídicos da Companhia e por resposta favorável à consulta formulada à Receita Federal do Brasil.
- (c) Refere-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras efetuadas pela Companhia em exercícios anteriores e suas respectivas atualizações monetárias conforme previsto na legislação vigente.

8 Adiantamentos a Fornecedores

	31/12/2012	31/12/2011
OGMO - PR (a)	1.648	1.627
Outros	<u>277</u>	<u>20</u>
	<u>1.925</u>	<u>1.647</u>

- (a) Adiantamentos realizados para o “Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalhador Portuário Avulso do Porto Organizado de Antonina - OGMO-A” se referem ao fornecimento de mão-de-obra de trabalhador portuário avulso (TPA), utilizados nas operações de embarque e desembarque de navios atracados nas instalações portuárias da Companhia. A contratação destes TPAs somente pode ser realizada por intermédio do OGMO-A, conforme determina a Lei nº 8.630, de 25.02.1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias.

9 Despesas Antecipadas

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas a compensar com dragagens (a)		1.221
Seguros a apropriar	64	60
Outras despesas a compensar	<u>3</u>	<u>16</u>
	<u>67</u>	<u>1.297</u>

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

- (a) O oitavo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela TPPF para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

10 Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo

Os créditos tributários de IRPJ e CSSL foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de imposto de renda e contribuição social equivalente a R\$ 75.640 e R\$ 75.640, respectivamente, devidamente registrados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício. Observada no CPC 32 - Receita sobre os Lucros a Companhia, atendendo aos critérios pré-estabelecidos do comunicado técnico, registrou parcela dos créditos tributários diferidos sobre esses prejuízos fiscais e base negativa de CSSL no montante de R\$ 7.703 levando em consideração a estimativa de projeção de resultado tributável para realização destes créditos tributários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os créditos tributários apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2012	
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social
Base de cálculo		
Prejuízos fiscais acumulados	75.204	
Base negativa de contribuição social		75.204
Demais provisões	439	439
Total da base para Imposto de renda	75.643	75.643
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.911	6.808
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		25.719
Parcela não reconhecida (*)		(18.016)
Créditos tributários diferidos reconhecidos		<u>7.703</u>

- (*) São reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável para qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensadas. A reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliado periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Desconsiderando fatores pontuais que afetaram positivamente e negativamente o resultado da Companhia no exercício e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o aumento do nível atual das

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2012, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

Exercício	(*) Valor presente
2013	3.165
2014	1.768
2015	1.958
2016	812

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre passivos é a seguinte:

			2012
Descrição	Base de cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social
Custo atribuído	<u>22.656</u>	<u>5.664</u>	<u>2.039</u>
Total		<u><u>5.664</u></u>	<u><u>2.039</u></u>

No exercício de 2012 foram realizados créditos tributário no montante de R\$ 852 decorrentes da depreciação sobre o custo atribuído.

11. Investimentos

	31/12/2012	31/12/2011
Interbulk Ltda (a)	130	100
(-)Provisão para perda de investimento	<u> </u>	<u>(100)</u>
	<u><u>130</u></u>	<u><u> </u></u>

- (a) Quanto à participação societária na empresa Interbulk Ltda., se faz necessário informar que, em virtude de alteração societária e da projeção de reativação dos projetos da empresa Interbulk Ltda., a Companhia através de seus diretores entendeu por necessária a reversão da provisão de perda de investimentos no valor de R\$ 100 que havia constituído anteriormente. Além disso, por acordo entre os sócios da Interbulk houve aumento do capital social daquela empresa, representando um aporte de R\$ 30 por parte da Ponta do Felix.

12 Ativo imobilizado

	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Informática e tecnologia	Bens de terceiros	Bens em construção	Provisão para Perda	Total
Custo								
Saldo em 1° de janeiro de 2011	148.811	24.811	308	1.098	26	450	(70)	175.434
Outras adições	1.019	1.838	4	45		1.237		4.143
Alienações		-45						-45
Saldo em 31 de dezembro de 2011	149.830	26.604	312	1.143	26	1.687	(70)	179.532
Saldo em 1° de janeiro de 2012	149.830	26.604	312	1.143	26	1.687	(70)	179.532
Outras adições	1.362	108	20	202		928		2.620
Alienações				-8				-8
Saldo em 31 de dezembro de 2012	151.192	26.712	332	1.337	26	2.615	(70)	182.144
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 1° de janeiro de 2011	32.545	5.318	160	852	13			38.888
Depreciação no período	3.720	1.017	27	126	3			4.893
Saldo em 31 de dezembro de 2011	36.265	6.335	187	978	16			43.781
Saldo em 1° de janeiro de 2012	36.265	6.335	187	978	16			43.781
Depreciação no período	3.767	1.891	29	98	3			5.788
Saldo em 31 de dezembro de 2012	40.032	8.226	216	1.076	19			49.569
Valor contábil								
Em 1° de janeiro de 2011	116.266	19.493	148	246	13	450	(70)	136.546
Em 31 de dezembro de 2011	113.565	20.269	125	165	10	1.687	(70)	135.751
Em 31 de dezembro de 2012	111.160	18.486	116	261	7	2.615	(70)	132.575

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

13 Ativos intangíveis e diferidos

	Nota	Marcas e patentes	Custos de desenvolvimento	Licença de uso de Softwares	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2011		11		173	184
Aquisições - Desenvolvido internamente					
Efeito das variações das taxas de câmbio				34	34
Saldo em 31 de dezembro de 2011		11		207	218
Saldo em 1º de janeiro de 2012		11		207	218
Aquisições por combinação de negócios					
Outras aquisições - Desenvolvido internamente				19	19
Efeito das variações das taxas de câmbio					
Saldo em 31 de dezembro de 2012		11		226	237
Amortização e perdas por redução do valor recuperável					
Saldo em 1º de janeiro de 2011				30	30
Amortização do período				36	
Perdas com redução ao valor recuperável					
Efeito das variações das taxas de câmbio					
Saldo em 31 de dezembro de 2011				66	66
Saldo em 1º de janeiro de 2012				66	66
Amortização do período				56	56
Perda por redução no valor recuperável					
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável					
Efeito das variações das taxas de câmbio					
Saldo em 31 de dezembro de 2012				122	122
Valor contábil					
Em 1º de janeiro de 2011		11		143	154
Em 31 de dezembro de 2011				141	141
Em 31 de dezembro de 2012		11		104	115

Os projetos referem-se aos gastos incorridos com a execução inicial de serviços de assessoria e consultoria nas ações necessárias à implantação do terminal portuário, tais como: estudos técnicos, levantamento topográfico e estudo de impacto ambiental.

	31/12/2012	31/12/2011
Gastos de organização e administração	14.529	14.529
Encargos financeiros líquidos - fase de capitalização	7.140	7.140

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	31/12/2012	31/12/2011
Gastos de estudos, projetos e detalhamentos	1.271	1.271
Provisão para contingências	5.708	5.708
Total do diferido	28.648	28.648
(-) Amortizações acumuladas	(28.648)	(28.567)
		81

O diferido é amortizado a taxa anual de 10% a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 2002.

14 Empréstimos e financiamentos

	Encargo (a.a.)	Vencimento	31/12/2012
Finame BNDES	5,50%	15.09.2016	1.498
(-) Financiamento não circulante			(1.103)
			395

Finame contratado para aquisição de 04 máquinas pá carregadeiras, modelo L70 utilizadas na movimentação de granéis. O Financiamento está garantido pelos bens financiados.

15 Fornecedores

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores nacionais	1.022	653
Fornecedores internacionais (a)		2.140
Provisões fornecedores nacionais	704	1.120
Total de fornecedores	1.726	3.913

- (a) Valores referentes à aquisição do guindaste portuário junto à empresa “LIEBHERR”, modelo MHC utilizado na movimentação de granéis, contêineres e demais cargas. Esta dívida foi finalizada em 2012.

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

16 Obrigações fiscais

	31/12/2012	31/12/2011
ISS a recolher	93	114
INSS a recolher	1	2
IR a recolher	1	1
PIS a recolher	24	43
COFINS a recolher	140	223
Parcelamento fiscal IR e CS (a)	2.460	2.568
Outros impostos a recolher	14	2
Total obrigações fiscais	2.733	2.953
(-) Obrigações fiscais não circulante	(2.253)	(2.568)
	480	385

- (a) Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos tributários, Execuções Fiscais nº 193/2006; 20/2005 e 43/2005 totalizando o montante de R\$ 5.590 sendo que parte desse valor, no montante de R\$ 2.752, correspondentes a execução fiscal 43/2005, encontrava-se provisionado na rubrica de provisão para contingências.

A Companhia, com base na Lei nº 11.941, pretende liquidar valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

17 Passivos litigiosos

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias com potencial de perda os valores das contingências são provisionados segundo os critérios abaixo:

Análise individual: para os processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas é realizada análise individual dos mesmos. Considerando o potencial de perda, os mesmos são classificados em provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados a 100% do valor provável de perda. Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	570	661
Tributários	55	83
Cíveis	134	105
	759	849

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados por processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 5.327 (R\$ 2.528 em 31 de dezembro de 2011), tributária no montante de R\$ 8.123 (R\$ 11.943 em 31 de dezembro de 2011) e cíveis no montante de R\$ 4 (R\$ 493 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia mantém registrados depósitos judiciais no montante de R\$ 4.306 que estão representados por processos finalizados (tramitados e julgados) favoravelmente à Companhia como seguem:

	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	2.077	2.065
Tributários	120	75
Cíveis	2.109	2.298
	<u>4.306</u>	<u>4.438</u>

18 Capital social e reservas**Capital social**

A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R\$ 153.139 (R\$ 153.139 em 31 de dezembro de 2011) representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferências, sem valor nominal.

Em 18 de outubro de 2010, a Companhia optou pela redução do Capital Social no montante de R\$ 6.500.000, baseado no Laudo Econômico Financeiro da Companhia, sem redução no montante de ações emitidas. Conforme aprovada na Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas e conforme previsto no art. 174 da Lei nº 6.404/76, a redução somente se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação do fato (ocorrido dezembro de 2010).

Abaixo apresentamos o capital social após distribuição:

Acionistas	Quantidade	Valor	%
Equiplan	136.868	90.584	59,15
Fundação Copel	47.234	31.261	20,41
Portus	27.705	18.336	11,97
Fusan	19.480	12.892	8,42
Outros	<u>100</u>	<u>66</u>	<u>0,04</u>
Total	<u>231.387</u>	<u>153.139</u>	<u>100</u>

Notas Explicativas

*Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

- a.** Em 13 de janeiro de 2010, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN - Consultoria Empresarial S.A.. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN.
- b.** Em 22 de janeiro de 2010, o Fundo de Pensão Multipatrocinado - FUNBEP, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade do Fundo para a EQUIPLAN - Consultoria Empresarial S.A.. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade do FUNBEP para a EQUIPLAN.

Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme determinado no estatuto social da Companhia e na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembléia Geral de Acionistas.

19 Receita operacional

	31/12/2012	31/12/2011
Prestação de serviços	40520	35145
Reembolso prestação de serviços	423	255
(-) Descontos e cancelamentos	(138)	(62)
(-) Impostos sobre vendas	(3.746)	(3.586)
	<u>37.059</u>	<u>31.752</u>

20 Custos

	31/12/2012	31/12/2011
Serviços de terceiros	7.905	6.615
Materiais	16	21
Taxas		116
Utilidades e Serviços	606	1.378
Arrendamentos	2.972	2.901
Avarias	21	3
Material de Uso e Consumo	215	174
Custos com pessoal	6.787	6.835

Notas Explicativas**Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Manutenção de máquinas e equipamentos	105	182
Depreciações	5.835	7.729
Custos com manutenções	2.939	1.847
Outros Custos Operacionais	1.735	1.297
	29.136	29.098

21 Despesas por natureza

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com pessoal (a)	2.283	2.252
Remuneração pessoal chave (a)	1.506	1.015
Serviços e utilidades	1.802	1.155
Despesas com deslocamentos	197	203
Despesas com materiais	129	142
Despesas com taxas	1.323	1.083
Recuperação de despesas operacionais	(1.075)	
Contingências / atualizações	(580)	
Despesas com seguros	499	419
Despesas com informática	396	417
Contribuições e sindicatos	311	225
Responsabilidade social	92	98
Gastos com veículos / barcos	97	146
Meio-ambiente	180	167
Outras despesas gerais e administrativas	263	697
	<u>7.423</u>	<u>8.019</u>

Despesas com pessoal

	31/12/2012	31/12/2011
Salários e verbas contratuais	1.075	1.082
Honorários diretoria e conselhos	1.506	1.015
Contribuições para previdência social	587	501
Obrigações legais	621	669
	<u>3.789</u>	<u>3.267</u>

22 Receitas financeiras e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

Receitas financeiras	31/12/2012	31/12/2011
Descontos Obtidos	28	82
Juros e multas recebidas		1
Variação cambial ativa	303	472

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	331	555
	31/12/2012	31/12/2011
Despesas financeiras		
Descontos concedidos		80
Juros e multas pagos	219	112
Despesas bancárias	55	41
Variação cambial passiva	545	781
	819	1014

23 Instrumentos financeiros**Gerenciamento dos riscos financeiros*****Visão geral***

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco cambial.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- valores a receber;
- caixa em bancos;
- contas a pagar a fornecedores e outras;
- empréstimos bancários a taxas fixas.

Objetivos, políticas e processos gerais

A Companhia possui o seguinte órgão colegiado:

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

O Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da Companhia.

Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). A Companhia não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

A Companhia não está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa que surge de empréstimos de longo prazo a taxas variáveis. A política atual da Companhia, quando aplicável, estabelece que os valores a pagar de *leasing* financeiro são empréstimos de taxa fixa.

Risco cambial

A Companhia não está sujeita ao risco de câmbio, tendo em vista que a Companhia não possui operações localizadas em outras partes do mundo, cuja moeda funcional não seja a mesma.

Estão apresentados conforme o quadro a seguir:

	Dólar	Taxa	Reais
Numérarios em transito	1.977	2,0429	4.039
	<u>1.977</u>	<u>2,0429</u>	<u>4.039</u>

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes	5.532	3.981
Contas a receber	<u>3.547</u>	<u>1.718</u>
	<u>9.079</u>	<u>5.699</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31/12/2012	31/12/2011
-------------------	-------------------

Notas Explicativas

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Fornecedores nacionais	1.022	653
Fornecedores internacionais		2.140
Provisões fornecedores nacionais	704	1.120
Total de fornecedores	1.726	3.913
(-) Fornecedores não circulante		
	1.726	3.913

Risco de cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de maquinários e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. No 3º trimestre de 2011 não foram feitas operações de hedge.

24 Cobertura de seguros (não auditado)

Os montantes das coberturas contratadas são os seguintes:

Natureza	R\$ mil
Responsabilidade civil	17.000
Bens móveis e imóveis	25.000

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Antonina - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcello Palamartchuk
Contador CRC PR-049038/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6404/76 examinaram as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Com base nas análises periódicas, nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia e no Parecer sem ressalvas dos Auditores da KPMG Auditores Independentes, datado de 28 de fevereiro de 2013, o Conselho Fiscal, baseado nestes relatórios, é de opinião que os referidos documentos refletem a posição econômica e financeira da Companhia, estando em condições à apreciação e à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Antonina, 28 de fevereiro de 2013

José Renato Inácio de Rosa
Presidente do Conselho Fiscal

Conselheiros:

Edison Napoleão de Araujo

Luiz Afonso Baldissera

João Maria da Silva Lima

Marcos César Todeschi

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 85.041.333/0001-11, com sede na Rua Eng. Luiz Augusto de Leão Fonseca, 1520, Antonina, Paraná, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

Antonina, 01 de março de 2013.

Valdécio Antonio Bombonatto
Diretor Presidente – Interino

Sidney Zeni Scarante
Diretor Administrativo/Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores da TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 85.041.333/0001-11, com sede na Rua Eng. Luiz Augusto de Leão Fonseca, 1520, Antonina, Paraná, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores.

Antonina, 01 de março de 2013.

Valdécio Antonio Bombonato
Diretor Presidente – Interino

Sidney Zeni Scarante
Diretor Administrativo/Financeiro
Diretor de Relações com Investidores